

O Estado de S. Paulo

24/6/2003

Governo nega Previdência exclusiva a juízes

Corrêa entrega projeto do Judiciário, mas Berzoini avisa que não há como Orçamento suportá-lo

MARIÂNGELA GALLUCCI

BRASÍLIA — O ministro da Previdência, Ricardo Berzoini, descartou ontem a criação de um regime exclusivo para os magistrados que preserve as atuais garantias como aposentadoria integral e paridade de reajuste salarial entre ativos e inativos. Surgida na semana passada durante reunião de juízes no Supremo Tribunal Federal (STF), a proposta foi comunicada oficialmente a Berzoini pelo presidente do STF, Maurício Corrêa.

Ao sair de um encontro de quase meia hora no Supremo, no qual Corrêa relatou as propostas da magistratura mas não entregou documentos, Berzoini observou que a Constituição Federal e a proposta do governo para a reforma não prevêm uma Previdência separada para os magistrados. "O orçamento público não pode ser atingido de maneira tão desigual pelos sistemas de todos os servidores, incluindo o Judiciário e o Legislativo", afirmou o ministro da Previdência.

Berzoini disse que o País precisa de uma Previdência justa e sustentável. "Essa Previdência deve alcançar como objetivo estratégico o máximo de equidade", afirmou. Apesar de ter sinalizado que a proposta do Judiciário poderá ser descartada, Berzoini disse que sugestões de mudanças poderão ser enviadas ao governo.

Mantendo o tom cortês do encontro com o presidente do Supremo, o ministro afirmou que o Executivo se colocará à disposição para fazer estudos de impactos de quaisquer propostas de alteração no projeto do governo, sem preconceitos. Mas, ao mesmo tempo, salientou que o objetivo fundamental é eliminar um "fator de constrangimento orçamentário grande" existente na Previdência dos servidores. "A Previdência não pode criar dificuldades adicionais ao orçamento", disse.

Diálogo — Apesar da economia nas declarações, Maurício Corrêa aparentou estar esperançoso após a reunião com Berzoini. "O que interessa dizer é que iniciamos formalmente o diálogo e que há possibilidade de progredirmos", disse. Corrêa garantiu que "a preocupação do Judiciário é com o Brasil". "Nós daremos a nossa contribuição e espero que possamos chegar a um resultado que atenda reciprocamente aos interesses da reforma da Previdência e da magistratura", afirmou.

Para reivindicar tratamento diferenciado na reforma previdenciária, os juízes argumentam que integram uma carreira típica de Estado, que exige dedicação exclusiva. Além disso, eles sustentam que a redução das aposentadorias tornaria a profissão menos atraente, o que poderia repercutir negativamente na prestação dos serviços.

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Francisco Fausto, disse ontem que não entende o porquê de o governo insistir em modificar a aposentadoria dos juízes. "O discurso do governo é que todos devem ser tratados de maneira igual. Aí, compara-se um procurador a um cortador de cana em Pernambuco. Por que, então, não se contrata um cortador de cana como assessor da Presidência da República? E mais: por que o presidente da República não renuncia a seu salário e passa a ganhar o mesmo que um cortador de cana, que ganha um salário mínimo?", provocou Francisco Fausto.

'O discurso é que todos devem ser tratados de maneira igual. Compara-se um procurador a um cortador de cana' (Francisco Fausto)

(Página A9)